
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

CELEBRADO ENTRE

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

E

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.
como Agente Fiduciário

02 DE JUNHO DE 2011

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas,

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações de capital aberto com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 2.720 (exceto lado direito do 1º andar e sala 21), na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora"); e

na qualidade de agente fiduciário,

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 6º e 10º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, nomeada nesta Escritura e nela interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão ("Agente Fiduciário") e, em conjunto com a Emissora, ("Partes");

vêm celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Emissora (respectivamente, "Escritura", "Emissão" e "Debêntures"), observadas as cláusulas, condições e características abaixo:

1. DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Emissão é realizada e a presente Escritura é celebrada com base nas deliberações tomadas pelo Conselho de Administração da Emissora em reunião realizada em 02 de junho de 2011, que aprovou a presente Emissão e as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações ("RCA").

1.2. A RCA autorizou a Diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações lá consubstanciadas, podendo, inclusive, se necessário, celebrar o aditamento a esta Escritura que definirá a taxa final de remuneração das Debêntures.

2. DOS REQUISITOS

A Emissão será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. O arquivamento da ata de RCA será devidamente realizado perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ("JUCEMG"), de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações. A ata de RCA será publicada nos jornais "Hoje em Dia" e "Jornal da Tarde" e no Diário Oficial da União, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. A taxa final a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures (conforme definida na Cláusula 4.2.2 abaixo) será definida por meio de procedimento de coleta de intenções de

investimentos, a ser conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos Investidores Qualificados (conforme definido na Cláusula 3.6.5 abaixo), da demanda pelas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding") e, caso necessário, será retificada por meio de aditamento à presente Escritura.

2.1.3.3 Os atos societários que eventualmente venham a ser praticados, no âmbito da presente Emissão, após o registro da Escritura serão igualmente arquivados na JUCEMG e publicados pela Emissora nos jornais "Hoje em Dia" e "Jornal da Tarde" e no Diário Oficial da União, conforme legislação em vigor.

2.2. Inscrição da Escritura

2.2.1 A presente Escritura e eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão arquivados na JUCEMG, de acordo com o disposto no artigo 62, II, e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")

2.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.4. Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.4.1. A presente Emissão está dispensada de registro na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação nos Mercados Primário e Secundário

2.5.1 As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e para negociação secundária no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social (i) a administração de bens próprios; (ii) a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros; (iii) a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos; e (iv) a participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. Esta é a quinta emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em uma única série.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido na Cláusula 4.1.3 abaixo).

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos por meio da presente Emissão serão destinados ao alongamento do perfil da dívida e/ou recomposição de caixa da Emissora.

3.6. Forma e Procedimento de Colocação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, com a intermediação do BB – Banco de Investimento S.A., na qualidade de coordenador líder da Emissão (“Coordenador Líder” ou “BB-BI”), do Banco Bradesco BBI S.A. (“Bradesco BBI”), do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e da Caixa Econômica Federal (“CAIXA”) e, em conjunto com o Coordenador Líder, Bradesco BBI e Santander, “Coordenadores”), por meio do módulo SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 (procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados) e os termos e condições do “Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da Quinta Emissão da MRV Engenharia e Participações S.A.” (“Contrato de Distribuição”).

3.6.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado (conforme definido na Cláusula 3.6.5 abaixo) assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.6.3. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.6.4. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14, e do cumprimento, pela Emissora, do artigo 17 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.6.5. Para efeitos desta Escritura, consideram-se Investidores Qualificados aqueles definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, observado, para efeito do disposto na Instrução CVM 476 e na presente Escritura, que: (i) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados; (ii) fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos na presente Escritura; e (iii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da

Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

3.6.6. O valor total da Emissão não será aumentado em nenhuma hipótese.

3.7. Banco Mandatário, Escriturador e Instituição Depositária

3.7.1. O Banco Bradesco S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora para esta Emissão ("Banco Mandatário e Escriturador").

3.7.2. O Banco Mandatário e Escriturador, na qualidade de instituição depositária e mandatário, será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures e por operacionalizar o pagamento e a liquidação da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos pela Emissora relacionados às Debêntures, respectivamente.

3.8. Limite Legal

3.8.1. Para fins da presente Emissão, não se aplica o limite da Emissão de que trata o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista que a Medida Provisória nº 517, de 30 de dezembro de 2010 ("MP 517"), revogou expressamente referido artigo e a presente Emissão será realizada no período de vigência de referida MP 517.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal"), observados os limites estabelecidos pela Instrução CVM 476, conforme Cláusula 3.6.5 acima.

4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures.

4.1.3. Data de Emissão. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de julho de 2011 ("Data de Emissão").

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 1º de julho de 2016 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo de seu Valor Nominal, nos termos da Cláusula 4.6 abaixo, acrescido da Remuneração devida, calculada conforme a Cláusula 4.2 abaixo.

4.1.5. Forma e Comprovação de Titularidade. As Debêntures serão emitidas na forma nominativa, escritural, não havendo emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da respectiva conta de depósito das Debêntures, aberta em nome de cada debenturista, emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador, na qualidade de instituição depositária. Adicionalmente, será expedido um extrato em nome do debenturista, emitido pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de debêntures.

4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.7. Espécie. As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, ou seja, as Debêntures não conferirão qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, bem como não será segregado

nenhum dos bens da Emissora em particular para garantia dos Debenturistas em caso de necessidade de execução judicial ou extrajudicial das obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures.

4.2. Atualização do Valor Nominal e Remuneração das Debêntures

4.2.1. Atualização. O Valor Nominal das Debêntures não será atualizado.

4.2.2. Remuneração. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, desde a Data de Emissão das Debêntures ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme definida na Cláusula 4.2.4 abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data efetiva de pagamento de juros remuneratórios, equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI *over extra grupo* - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculadas e divulgadas pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano ("Taxa das Debêntures"), calculados de acordo com a seguinte fórmula ("Remuneração"):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor da Remuneração, devida no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal das Debêntures no início de cada Período de Capitalização (conforme definido na Cláusula 4.2.2.1 abaixo), informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido da Taxa das Debêntures calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data do cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k =$ 1, 2, ..., n;

$DI_k =$ Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread Taxa das Debêntures, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP É o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, a que for mais recente, e a data do cálculo, sendo "DP" um número inteiro;

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário e, assim por diante, até o último considerado.
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o "Fator DI" resultante com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (d) O "Fator Juros" é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.2.1 Considera-se "Período de Capitalização" o intervalo de tempo que se inicia (i) na Data de Emissão, e termina na data da primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Cláusula 4.2.4 abaixo), no caso do primeiro Período de Capitalização; e (ii) no caso dos demais Períodos de Capitalização, na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.2.3. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.2.4. A Remuneração será paga semestralmente até a Data de Vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1º de janeiro de 2012 (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.2.4.1. Farão jus à Remuneração os titulares de Debêntures no dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração.

4.2.5. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding* e conforme autorizado pela RCA, caso exista demanda por parte de Investidores Qualificados que possibilite a redução da Taxa das Debêntures, a Diretoria da Emissora retificará o percentual da Taxa das Debêntures que será aplicável à Remuneração e a presente Escritura será devidamente aditada se necessário, nos termos da Cláusula 2.2.1 acima.

4.3. Indisponibilidade, Impossibilidade de Aplicação ou Extinção da Taxa DI

4.3.1. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar (na forma do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e da presente Escritura) a assembleia geral de debenturistas ("AGD"), no prazo máximo de 4 (quatro) dias úteis após o término do prazo acima referido de 10 (dez) dias consecutivos, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a última taxa de remuneração e/ou índice de atualização divulgados oficialmente, acrescidos dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os titulares das Debêntures por ocasião da divulgação posterior da taxa/índice de remuneração/atualização que seria aplicável.

4.3.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.3.3. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva na AGD entre a Emissora e debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 4.3.4 abaixo), com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração respectiva das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. A Taxa DI a ser utilizada para cálculo da Remuneração das Debêntures nesta situação será a última taxa disponível, conforme o caso.

4.3.4. Para os fins do presente instrumento, entende-se por "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures emitidas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de (i) empresas controladas (direta ou indiretamente) pela Emissora; (ii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a quaisquer das pessoas anteriormente mencionadas e seus parentes até o segundo grau; e (iii) fundos de investimento e previdência privada patrocinada pela Emissora.

4.4. Repactuação

4.4.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.5. Subscrição

4.5.1. Prazo de Subscrição. As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição, no prazo de até 30 (trinta) dias ("Prazo de Distribuição").

4.5.2. Preço de Subscrição. O preço de subscrição das Debêntures será o seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, utilizando-se para tanto, 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento.

4.5.3. Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas e desde que observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476.

4.6. Amortização

4.6.1. O Valor Nominal das Debêntures será pago pela Emissora em 2 (duas) parcelas iguais, coincidentes com Datas de Pagamento da Remuneração, no 48º (quadragésimo oitavo) mês e no 60º (sexagésimo) mês, a contar da Data de Emissão ("Amortização"), na forma disposta no quadro abaixo:

Data	Percentual de Amortização
01.07.2015	50,0%
01.07.2016	Saldo remanescente

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento. Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados (a) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND; (b) pelo Banco Mandatário e Escriturador, para as Debêntures não custodiadas no SND.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, pela Emissora, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com dia em que não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, feriado nacional, sábado e domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.7.3. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração prevista na Cláusula 4.2 acima, ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido atualizado, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.7.4. Não Comparecimento dos Debenturistas. O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, se for o caso, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou do comunicado.

4.7.5. Imunidade Tributária. Qualquer debenturista que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures,

documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8. Aquisição Antecipada Facultativa

4.8.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476 e demais disposições aplicáveis, adquirir Debêntures em Circulação, por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, nos termos do parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações com a redação dada pela MP 517, e as regras expedidas pela CVM, devendo tal(is) aquisição(ões) constar(em) do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.8.2. As Debêntures adquiridas nos termos previstos nesta Cláusula poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser recolocadas pela Emissora.

4.8.3. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se, e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures em Circulação.

4.9. Resgate Antecipado

4.9.1. Não haverá resgate antecipado das Debêntures, exceto pela previsão da Cláusula 4.3.3. acima.

4.10. Comunicações

4.10.1. Publicação na Imprensa. Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados nos jornais "Jornal da Tarde" e "Hoje em Dia", podendo adicionalmente, a critério da Emissora, ser publicados, ainda, em outro(s) jornal(is) de grande circulação, observados os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

4.10.2. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Raja Gabaglia, 2.720
Belo Horizonte – MG 30350-540
At.: Sr. Leonardo Guimarães Corrêa
Telefone: (55 31) 3348-7106
Fax: (55 31) 3348-7155
E-mail: ri@mrvc.com.br

(ii) Para o Agente Fiduciário

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares
São Paulo – SP 04530-001

At.: Sr. Gregoli Pedroso Tasso
Telefone: (55 11) 3048-9915
Fax: (55 11) 3040-9910
E-mail: gregoli@slw.com.br

(iii) Para o Banco Mandatário e Escriturador

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar
Osasco – SP 06029-000
At.: Marcelo Poli
Telefone: (55 11) 3684-7654
Fax: (55 11) 3684-2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

iv) Para a CETIP

CETIP S.A. - BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, 230, 11º andar
Rio de Janeiro - RJ 20031-919
Telefone: (55 21) 2276-7474
Fax: (55 21) 2252-4308 / 2262-5481
Site: www.cetip.com.br

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo – SP
01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

4.10.2.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos correios ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

4.10.2.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

4.10.2.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às outras Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

4.11. Liquidez e Estabilização

4.11.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures no mercado secundário.

4.12. Fundo de Amortização

4.12.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

5. VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

5.1.1 Ressalvado o disposto na Cláusula 5.1.3 abaixo, o Agente Fiduciário, independentemente de aviso, interpelação ou notificação extrajudicial, poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir da Emissora o pagamento integral do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento das Debêntures declaradas vencidas, nas seguintes hipóteses:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 1 (um) dia útil contado de seu vencimento;
- (ii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (iii) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes ou imprecisas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Distribuição;
- (iv) pedido de recuperação judicial, independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano;
- (v) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, por qualquer de suas controladas, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (vi) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, observados os prazos de cura aplicáveis, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) não cumprimento de qualquer decisão judicial final e irrecorrível ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em valor unitário ou agregado superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ou seu equivalente em outras moedas, no prazo estipulado na respectiva decisão;
- (viii) redução de capital social da Emissora sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;

- (ix) inadimplemento ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, seja como parte ou como garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas;
- (x) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (xi) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para este fim;
- (xii) (1) incorporação, fusão ou cisão, da Emissora por quaisquer terceiros, e/ou (2) realização pela Emissora de qualquer reorganização societária, sem a prévia aprovação dos debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim, conforme *quorum* estabelecido na Cláusula 8.4.1, exceto se (a) a incorporação, fusão ou cisão atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, ou (b) tiver por objetivo segregar as atividades da MRV Logística e Participações S.A., ou sua sucessora. As hipóteses previstas nos itens (1) e (2) acima não se aplicam (x) às reorganizações societárias das quais participem exclusivamente a Emissora e suas subsidiárias, observado que tais operações societárias não poderão resultar em uma diminuição patrimonial da Emissora em mais de 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido consolidado ou em sua extinção, e (y) a incorporações totais ou de parcela cindida de sociedades em que a Emissora possua participação minoritária, desde que tais reorganizações societárias não resultem em perspectiva negativa ou de rebaixamento do *rating* da Emissão;
- (xiii) transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, sem a prévia e expressa autorização dos debenturistas, reunidos em AGD especialmente convocada com esse fim;
- (xiv) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), corrigidos anualmente, a partir da Data de Emissão, pelo IPCA, ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo protesto;
- (xv) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; e
- (xvi) não-manutenção dos seguintes índices financeiros, com base nas demonstrações financeiras e balanços patrimoniais consolidados da Emissora auditados ou revisados pelos mesmos, referentes ao encerramento dos trimestres de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base da

apuração dos índices financeiros ("Índices Financeiros"). Os Índices Financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis após as datas previstas na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), para a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR ou, em até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das demonstrações financeiras e formulários de Informações Trimestrais – ITR, o que ocorrer primeiro, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais Índices Financeiros, e da declaração do Diretor Executivo de Finanças, atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários. A não manutenção pela Emissora de qualquer dos Índices Financeiros apenas em um dado trimestre não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, desde que ocorra o reenquadramento nos 3 (três) trimestres imediatamente seguintes; caso seja apurado novo desenquadramento neste período subsequente no mesmo índice financeiro ou em outro índice qualquer, tal desenquadramento acarretará o vencimento antecipado automático, independente de em um dos índices ter ocorrido o primeiro desenquadramento:

- a)
$$\left(\frac{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar}}{\text{Patrimônio Líquido}} \right) < 0,65$$
- b)
$$\left(\frac{\text{Recebíveis} + \text{Receita a Apropriar} + \text{Estoques}}{\text{Dívida Líquida} + \text{Imóveis a Pagar} + \text{Custo a Apropriar}} \right) > 1,6 \text{ ou } < 0$$

onde:

Dívida Líquida corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, menos os financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional ou os financiamentos obtidos junto ao Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FI-FGTS ou os financiamentos por meio de emissão de debêntures com recursos do FGTS e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras.

Patrimônio Líquido corresponde ao patrimônio líquido apresentado no balanço patrimonial da Emissora, excluídos os valores da conta 'reservas de reavaliação', se houver.

Imóveis a Pagar corresponde ao somatório das contas a pagar por aquisição de imóveis apresentado na conta "Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos" no passivo circulante e no passivo não-circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta, se houver.

Recebíveis corresponde à soma dos valores a receber de clientes de curto e longo prazo da Emissora, refletidos nas demonstrações financeiras.

Receita a Apropriar corresponde ao saldo apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não-concluídos, não refletidas no balanço patrimonial da Emissora em função das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Estoques corresponde ao valor apresentado na conta 'estoques' do balanço patrimonial da Emissora.

[Handwritten signatures and initials]

Custo a Apropriar corresponde aos custos a incorrer relativos às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos.

5.1.2 A ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (i), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix) (x), (xi) e (xii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas.

5.1.3 Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos subitens (ii), (vii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, AGD para deliberar sobre a eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 8 abaixo e o *quorum* específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 5.1.5 abaixo.

5.1.4 Na hipótese de não convocação da AGD ou de sua não instalação por falta de *quorum*, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.1.6 abaixo.

5.1.5 A AGD a que se refere a Cláusula 5.1.3 acima poderá, por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nas Cláusulas 7.5 e 7.6 abaixo.

5.1.6 Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração das Debêntures (e, no caso do subitem (i) da Cláusula 5.1.1 acima, dos encargos moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação neste sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante da Cláusula 4.10 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos 3 (três) primeiros trimestres de cada exercício social ou em até 5 (cinco) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas informações trimestrais (ITR) completas relativas ao respectivo trimestre; e (2) declaração do Diretor Executivo de Finanças de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura;
- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou em até 5 (cinco) dias úteis após a sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado; (2) declaração do Diretor Executivo de Finanças de que não ocorreu nenhuma das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.1.1 desta Escritura; (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua

administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora, sendo que esta obrigação não será aplicável a comunicações (i) que não tenham implicação direta relevante sobre as Debêntures; ou (ii) nas quais haja dever de sigilo por parte da Emissora e (4) cópia de relatórios demonstrando o cumprimento ou descumprimento dos Índices Financeiros pela Emissora, do qual deverão constar os dados que serviram de suporte para a respectiva apuração, bem como a resposta a todos os demais esclarecimentos adicionais necessários que tenham sido formulados e esclarecidos, nos prazos estabelecidos na presente Escritura;

- (c) as informações pertinentes à Instrução CVM 480, nos prazos ali previstos ou, se não houver, prazo determinado neste normativo, em até 5 (cinco) dias úteis da data em que forem realizados, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregar as cópias das respectivas informações ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
 - (d) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos na Cláusula 4.10.1 acima;
 - (e) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
 - (f) caso solicitados, os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 4 (quatro) dias contados da respectiva Data de Vencimento;
 - (g) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.1.1 acima imediatamente após sua ocorrência; e
 - (h) os relatórios de classificação de risco preparados pela agência classificadora de risco, conforme mencionada na alínea (xviii) abaixo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento pela Emissora.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
 - (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras da CVM;
 - (iv) convocar AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (v) cumprir todas as determinações da CVM e/ou da CETIP, com o envio de documentos e prestar, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
 - (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (vii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- (viii) manter os documentos mencionados no item (vii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (ix) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- (x) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário;
- (xi) manter atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado, sendo que a Emissora ficará dispensada de entregá-las ao Agente Fiduciário quando as disponibilizar à CVM;
- (xii) manter, em adequado funcionamento, órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xiii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xiv) notificar o Agente Fiduciário e a entidade administradora de mercado organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora;
- (xv) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por descumprimentos que não venham a afetar adversamente sua condição econômica e financeira, seus resultados operacionais, suas atividades, sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xvi) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias ou não relativas às Debêntures, decorrentes desta Escritura e/ou a qualquer outra dívida que, se vencida e não paga, possa acarretar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xvii) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo: (a) agência classificadora de risco; (b) Banco Mandatário e Escriturador; (c) Agente Fiduciário; e (d) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND);
- (xviii) relativamente à agência classificadora de risco, a Emissora deverá (a) manter atualizada, anualmente e até o vencimento, a súmula de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, (b) divulgar amplamente ou permitir que a agência divulgue a súmula da classificação de risco; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;
- (xix) aplicar os recursos obtidos por meio da presente Emissão estritamente conforme o descrito nesta Escritura; e

- (xx) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. A Emissora constitui e nomeia a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda., acima qualificada, como Agente Fiduciário desta Emissão, que expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação e da presente Escritura, representar a comunhão de titulares das Debêntures perante a Emissora.

7.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução nº 28, de 23 de novembro de 1983, da CVM ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) não infringir, pela celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas, qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) constituir esta escritura uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) ter delegado poderes bastantes para tanto às pessoas que o representam na assinatura desta Escritura; e
- (xi) ter verificado, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento.

7.2.1 O Agente Fiduciário notificará imediatamente a Emissora caso quaisquer das declarações prestadas na Cláusula 7.2 acima se tornem total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

7.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, AGD para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3.1. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar a substituição.

7.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário na hipótese de vacância.

7.3.3. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.4. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º e seguintes da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, nos termos na Cláusula 2.2.1 acima, onde será inscrita a presente Escritura, e posterior encaminhamento à CVM.

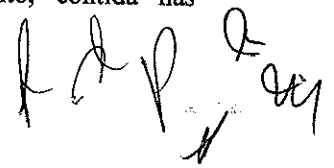
7.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou, na hipótese de agente fiduciário substituto, de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;

- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, ficando ressalvado que o Agente Fiduciário não é obrigado a atestar a veracidade de informações contidas em deliberações societárias e documentos relativos à administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que deverão ser preparados pela Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contas da assinatura da presente, a inscrição desta Escritura e respectivos Aditamentos na JUCEMG, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (viii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, juntas de conciliação e julgamento, das varas da Justiça Federal, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (ix) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (x) convocar, quando necessário, AGD, respeitando-se as regras relacionadas à convocação, bem como à publicação, constantes da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) comparecer à AGD a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e/ou à CETIP, no mesmo dia da AGD, sumário das deliberações e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida AGD;
- (xii) fiscalizar o cumprimento, pela Emissora, da manutenção atualizada, pelo menos anualmente e até o vencimento das Debêntures, do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, bem como da ampla divulgação de tal avaliação ao mercado.
- (xiii) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, b, da Lei das Sociedades por Ações. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, nos prazos dispostos nas Cláusulas 5.1(xvi) e 6.1(i). O relatório aqui mencionado deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas



informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;

- (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xiv) colocar o relatório de que trata a Cláusula 7.4 (xiii) acima à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na sede do Coordenador Líder; e
 - (e) na CETIP.
- (xv) publicar, na forma prevista na Cláusula 4.10.1, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na Cláusula 7.4 (xiv) acima;
- (xvi) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e/ou à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao aqui disposto, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e Escriturador e a CETIP a atenderem a qualquer solicitação do Agente Fiduciário neste sentido;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xviii) sem prejuízo do disposto na Cláusula 5 acima, notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que

fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP, e

- (xix) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na Cláusula 6.1 (xiv) acima.

7.5. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições acima especificadas;
- (ii) requerer a falência da Emissora, se aplicável;
- (iii) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (iv) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

7.6. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas Cláusulas 7.5 (i) a 7.5 (iii) acima se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (iv) acima.

7.7. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (i) a título de remuneração pelo serviço de Agente Fiduciário, parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo que a primeira parcela será devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura da presente Escritura e as demais nas mesmas datas anuais subsequentes;
- (ii) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora ou de reestruturação prévia das condições das Debêntures, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário, cujo pagamento deverá ser suportado pela Emissora (a) à assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures, conforme venha a ser requerido pela Emissora, (b) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou debenturistas e em AGDs, bem como (c) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos debenturistas, a qual deverá ser paga dentro de 5 (cinco) dias corridos contados da data de entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, do respectivo "relatório de horas trabalhadas";
- (iii) a remuneração prevista nas alíneas (i) e (ii) acima será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures, conforme aplicável, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

- (iv) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M") ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die* se necessário; e
- (v) as parcelas relativas à remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

7.8. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, se assim possível.

7.9. O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

7.10. As despesas a que se refere a Cláusula 7.8 acima compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com: (i) publicação de relatórios, editais, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões; (iii) locomoções entre Estados e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

7.11. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. Em caso de sentença judicial que condene os Debenturistas, as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas.

7.12. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.13. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.14. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os encargos moratórios previstos na cláusula 4.7.3 desta Escritura.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. Os debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Aplica-se à AGD, inclusive no que diz respeito à sua convocação, no que couber, além do disposto nesta Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As AGD serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A AGD, em segunda convocação, somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.2.2. Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

8.3. Mesa Diretora

8.3.1. A presidência da AGD caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 8.4.2 abaixo e exceto nas hipóteses de *quorum* específico previstas nesta Escritura, todas as deliberações a serem tomadas em AGD, deverão ser aprovadas por debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação presentes.

8.4.2. As deliberações da AGD relativamente a (i) alterações nas condições das Debêntures, incluindo, entre outras, Remuneração, espécie, prazo, Data de Vencimento, Amortização, resgate antecipado, vencimento antecipado, *quoruns* e (ii) autorizações ou permissões (*waivers*) com relação a obrigações da Emissora decorrentes desta Escritura deverão obter aprovação de debenturistas representando pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

8.4.3. As deliberações tomadas pelos debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos na Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido em respectiva assembleia.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (ii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iii) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de capital aberto de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar a atividade descrita em seu objeto social;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) os termos desta Escritura não contrariam qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora, suas controladas ou coligadas, diretas ou indiretas, ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (vi) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (vii) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora, suas controladas e/ou coligadas sejam partes ou no qual seus bens e propriedades estejam vinculados, nem resultará em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, suas controladas e/ou coligadas ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (viii) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010 e relativas aos períodos de três meses encerrados em 31 de março de 2010 e 2011, em conjunto com as respectivas notas explicativas, pareceres e/ou relatórios do auditor independente ("Demonstrações Financeiras"), representam corretamente a posição financeira da Emissora, suas controladas e/ou coligadas em tais datas, e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (ix) a Emissora, suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por eventuais descumprimentos que não possam causar impacto adverso relevante na Emissora, sua condição financeira ou resultados operacionais;
- (x) exceto conforme descrito nas Demonstrações Financeiras, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

- (xi) as informações que prestar no âmbito da oferta serão atualizadas, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, perdas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas; e
- (xii) não há, nesta data, debêntures de outras emissões da Emissora cujo saldo devedor, total ou parcial, ainda esteja em aberto, com exceção das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito da (a) primeira distribuição pública de debêntures, realizada em julho de 2008, (b) segunda emissão pública de debêntures, realizada em junho de 2009, (c) terceira emissão pública de debêntures, realizada em fevereiro de 2010, e (d) quarta emissão de debêntures, realizada em dezembro de 2010.

9.2. A Emissora se compromete a notificar imediatamente os debenturistas e o Agente Fiduciário, caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2 A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.

10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira, que, eventualmente, durante a vigência da presente Escritura, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

10.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

10.7. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei 5.865, de 11 de janeiro de 1975, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes, desde já, que independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica,

submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

10.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

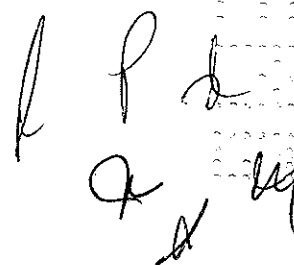
11. LEI E FORO

11.1. A presente Escritura reger-se-á pelas leis brasileiras.

11.2. Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

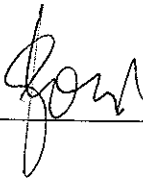
Belo Horizonte, 02 de junho de 2011.

Handwritten signatures of the parties and witnesses, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

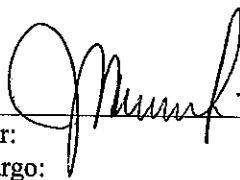
Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:
Cargo:


Leonardo Guimarães Correa
MRV Engenharia e Participações S.A.
Diretor Executivo de Finanças

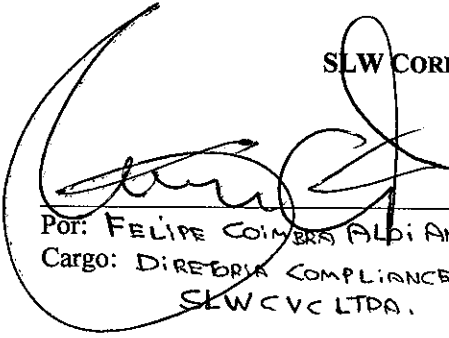
Por:
Cargo:


Jéssica Maria de Souza Lima Galvão
MRV Engenharia e Participações S.A.
Diretora Executiva de Adm. e CSC

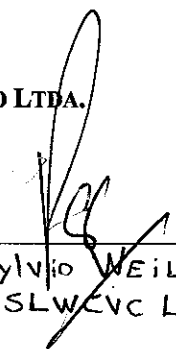
Jéssica Maria de Souza Lima Galvão
MRV Engenharia e Participações S.A.
Diretora Executiva de Adm. e CSC

Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.



Por: FELIPE COIMBRA ALDI ANDRÉ
Cargo: DIRETORIA COMPLIANCE
SLW CVC LTDA.



Por: PEDRO SYLVIO WEIL
Cargo: SÓCIO SLW CVC LTDA.

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da MRV Engenharia e Participações S.A.

Testemunhas

1. Marcelo Paulino Santana 2. Leandro de Souza Antunes
Nome: MARCELO PAULINO SANTANA Nome: LEANDRO DE SOUZA ANTUNES
RG: M 6278 360 RG: MG-7.342.126

